

**Contra Brasília: a campanha de Gustavo Corção à construção da nova capital.**

Por Christiane Jalles de Paula<sup>1</sup>

Em 18 de abril de 1956, o recém empossado presidente da República Juscelino Kubitschek anunciou seu plano de governo, denominado Programa de Metas. Entre as várias medidas para os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação, destacava-se a mudança da capital do Rio de Janeiro para o planalto central. Denominada *meta-síntese*, a proposta da transferência foi recebida com descrença generalizada, e suas conveniências e viabilidades foram questionadas por vários nomes tais como Gilberto Freyre, Eugênio Gudín, Néelson Rodrigues e o publicista católico Gustavo Corção - um dos mais aguerridos adversários da idéia.

Na imprensa brasileira Gustavo Corção repercutiu a proposta. Para ele, o argumento de que a mudança da capital promoveria o desenvolvimento do interior do país – seria uma autêntica marcha para o oeste – não se sustentava. Em sua opinião, dois pontos eram incongruentes na idéia. O primeiro era a perspectiva reducionista que associava progresso à mudança da capital. Para Corção, a escolha da localização de uma capital era produto da história de determinada sociedade, portanto a construção *ex nihilo* de uma cidade-capital estaria fadada ao fracasso porque “anti-histórica, sem memória, sem passado, portanto, sem tradição” (08/07/1956). De fato, nessa chave não havia dúvidas de que o passado era constitutivo e justificador do Rio de Janeiro como capital do Brasil que, desde a época colonial, ocupava esse lugar.

O outro senão era a justificativa oficial de que a mudança da capital para o planalto central obedecia a um preceito constitucional que fora ignorado por outros presidentes não era considerado um argumento válido. Pois tal artigo destacava-se pela iniquidade, ineficácia e por ser “uma verruga jurídica no majestoso corpo da Magna Carta que mais deveria ocupar-se de normas duradouras que das obras transitórias” (12/01/1960). Além disso, outras políticas públicas prioritárias estavam por ser realizadas.

---

<sup>1</sup> O presente artigo é um fragmento da tese de doutoramento da autora, intitulada “Combatendo o bom combate”: religião e política nas crônicas jornalísticas de Gustavo Corção (1953-1976). Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

A insistência de JK em transferir a capital para o interior do Brasil era, portanto, percebida como fruto da mentalidade desvirtuada da minoria que comandava o país desde Getúlio Vargas. Uma elite ignorante da tradição, corrupta e corruptora, adepta de planos caprichosos, e que visava apenas o interesse próprio. O que ficava evidente na proposição mudancista era o caráter caprichoso de um presidente da República que decidira pela transferência da capital “numa época inoportuna, com motivações inoportunas, com métodos inoportunos, para um lugar inoportuno, e em prazo culposamente inoportuno” (12/01/1960). Nessa chave, o problema do desenvolvimento do Brasil não se resolveria com a mudança da capital nem com a interiorização porque o empecilho ao progresso era a degenerescência da ordem política brasileira. Estas estariam sempre movidas por vícios e Brasília sintetizaria então os vícios de parcela da elite brasileira, composta por nacional-desenvolvimentistas e comunistas.

Em meados de setembro de 1956 quando Juscelino conseguiu aprovar o projeto de lei de construção de Brasília e criar a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), responsável pela execução do projeto, poucos acreditavam que daí a quase quatro anos o país teria uma nova capital. Cercada por enorme ceticismo, a construção de Brasília, contudo, tornou-se fato com o início das obras, e redirecionou o debate público. Os elevados gastos, a viabilidade técnica, e o pouco controle dos recursos que estavam sendo investidos dominaram os argumentos dos críticos do projeto. A construção de Brasília seguia a todo vapor, mas não dirimia as dúvidas quanto à empreitada, principalmente após o governo JK anunciar a data da inauguração: 21 de abril de 1960.

Durante a execução das obras, Corção recorreu frequentemente a seu capital simbólico de engenheiro para fundamentar sua oposição. Corção era então um dos maiores especialistas em telecomunicações do país, tendo sido o fundador do curso de eletrônica aplicada às telecomunicações, da Universidade do Brasil. Em dezembro de 1958, Corção arriscou:

“Sei que não se fará em abril de 1960 a mudança da capital da República, se por mudança de capital entendemos a instalação das casas do Congresso e das famílias dos congressistas, a instalação do Supremo Tribunal Federal com residências condignas para os senhores ministros, a instalação da Presidência e dos Ministérios, com habitação e meios de sobrevivência para os trinta mil funcionários que foram considerados o mínimo indispensável para começar. [...] Quer apostar?” (11/12/1958).

À medida que Brasília ganhava forma, Corção intensificou seus ataques. Suas críticas incutiam sentidos negativos ao progresso e à modernidade que sustentavam os

defensores da construção da nova capital. Nesse sentido, defendeu uma noção de progresso que se realizaria na permanência. Em outras palavras, o moderno e o progresso como o respeito à cadeia imemorial da tradição, oposta a qualquer idéia de inovação. Dessa forma, o novo nunca seria completamente novo, e sim resultado de microscópicas mudanças do momento anterior. Seu ponto de vista é indiscutivelmente o da mudança a partir da conservação, ou seja, do conservadorismo.

E foi da posição de engenheiro que também afirmou a impossibilidade da construção da rede telefônica no tempo estipulado para a inauguração. E novamente arriscou, agora, uma aposta: Brasília não teria um serviço de telefonia público, porque o serviço não ficaria pronto a tempo. Evidentemente, afirmou ele, haveria a possibilidade de um serviço “de emergência, medíocre na qualidade, escasso na quantidade de canais que mal darão para o Palácio da Alvorada” (19/02/196), mas esse não poderia ser chamado de serviço público. Em fevereiro de 1960, notícia n° *O Globo* de que havia sido realizada ligação entre o Rio e Brasília foi recebida como a derrota da aposta de Corção. Na ocasião, ele retrucou, utilizando todo o seu cabedal de engenheiro:

[...] Saiu em “O Globo” de ontem uma notícia sensacional: o sr. Israel Pinheiro tinha conversado pelo telefone com o repórter de “O Globo”. O espanto do repórter é um pouco ingênuo, porque a radiotelefonia está em funcionamento há meio século e o mundo está cheio de amadores que entretêm conversações entre o Brasil e Austrália, por exemplo. Eu mesmo, há trinta anos, tive o prazer de iniciar na Radiobrás um circuito telefônico intercontinental. Antes da conversa de “O Globo”, dois ex-alunos meus, um cá e outro lá tinham falado e me haviam dado notícia do feito sem que entre nós corresse um frêmito de emoção. Há entretanto na notícia de “O Globo” dois aspectos que merecem atenção. O primeiro é o do equívoco lançado sobre a opinião pública. Centenas de pessoas saudosas passaram o dia e a noite pedindo ligações para Brasília. A Companhia Telefônica Brasileira viu-se forçada a publicar um anúncio dizendo que ainda não existe o circuito em serviço normal. O segundo é mais grave. Em certa altura da conversação, o sr. Israel Pinheiro disse que a partir de 25 do corrente é só discar 01, pedir Brasília, teremos comunicações com a mesma facilidade com que temos para Petrópolis ou Ilha do Governador. Ora, isto que li me autoriza a dizer que alguém mentiu. Ou “O Globo”, ou o sr. Israel Pinheiro. O sistema precário, provisório, que estão montando e que terá no dia 25 oito canais em funcionamento, e canais de qualidade inferior, dará apenas para os favoritos da nova classe, e aí mesmo haverá disputas e contendias.”(19/02/1960)

No dia seguinte, Corção continuou sua explicação na coluna que mantinha no *Diário de Notícias* (RJ):

“Tentei ontem resumir uma explicação para o leigo, mostrando que há dois serviços em andamento para o mesmo fim: comunicações telefônicas entre Brasília, Rio e São Paulo. O primeiro é constituído por uma instalação de rádio

de ondas curtas, como usam os amadores que conseguem falar com a Austrália, se as condições atmosféricas são favoráveis. Se não são, o amador fecha a estação e vai ao cinema. O outro serviço, de padrão comparável ao que a Companhia Telefônica Brasileira usa entre São Paulo e Rio, é o chamado micro-ondas, e consiste numa série de estações intermediárias escalonadas entre os dois pontos. O primeiro serviço devia ser instalado nos inícios da obra para facilitar as comunicações e as ordens de serviço; não se entende que seja instalado agora com pretensões a fazer serviço público. Instalado agora é uma despesa a mais para puro efeito propagandístico, para demagogia, e nada mais. Nós estamos aqui para pagar tudo. O serviço de micro-ondas deveria ter sido iniciado em 1956, e já estaria pronto, se na NOVACAP alguém soubesse que uma capital só pode funcionar bem se possuir um excelente serviço de comunicações, mormente quando a fantasia a colocou no lugar mais igualmente distante de todos os pontos habitados do país. Está atrasado. Não terá seus 120 canais (o mínimo necessário para uma capital) antes de um ou dois anos”. (20/02/1960)

Juscelino Kubitschek, em suas memórias, reconhece que o sistema de telefonia de Brasília foi um dos momentos tensos da construção de Brasília, disse ele:

“Tirando-se a média dos prazos exigidos por todas essas firmas [RCA e a Ericsson], chegava-se à conclusão de que a ligação Rio-Brasília, através de microondas, não poderia ser efetuada em menos de dois anos. Na época, estávamos em setembro de 1959, o que queria dizer que dispúnhamos de apenas seis meses”. Estabeleceu-se, pois, um impasse”.

Poucos dias antes da inauguração, Juscelino ligaria de Brasília para a casa do escritor católico.

Derrotado em seus argumentos técnicos, Corção não desistiu nem retrocedeu. Passou então a discorrer sobre a conseqüência política e cívica da mudança da capital. Brasília foi então classificada como um eufemismo para os equívocos e as manipulações do nacional-desenvolvimentismo e do comunismo.

“Não sei se o circo russo, além de urso, tem aqueles dois personagens que todos os circos de minha infância infalivelmente traziam: o palhaço muito bem paramentado e o clown de colarinho imenso, cara de bobo, pago para receber bofetadas do palhaço. O Brasil tornou-se um vasto circo [...] com muitos palhaços de luxo. O clown é o povo, somos nós, é você, leitor. Com a diferença de que, em vez de sermos pagos pelas bofetadas, ainda pagamos. Brasília, meus amigos, é a bofetada síntese” (09/04/1960).

O ponto principal foi a transferência do Congresso Nacional. O isolamento do poder político em Brasília foi comparado simbolicamente ao fechamento do parlamento

durante o Estado Novo. A distância da opinião pública ampliaria a possibilidade de gestação de uma ordem política degenerada.

“Um novo fechamento do Congresso se prepara festivamente diante de toda a nação previamente estupidificada por quatro anos de propaganda. [...] Sim, em Brasília, no isolamento de Brasília, no buraco cívico enfeitado pelo talento do sr. Niemeyer, será encerrado o Congresso por tempo indeterminado. [...] O que haverá em 21 de abril não é a interiorização da capital, é a sua internação”. (10/04/1960)

Após a inauguração, Corção fez coro à inversão argumentativa, que identificava Brasília com os atributos do atraso, síntese do pior da sociedade brasileira: o ganho fácil, o antitrabalho, e a corrupção. Enfim, ao contrário da propaganda oficial, Brasília inauguraria um novo Brasil — descolado do Brasil-real —, pois construído no longínquo Planalto Central, apartado da sociedade civil e alicerçado nas falácias do nacional-desenvolvimentismo. Nesse sentido, o combate à mudança da capital e à construção de Brasília tinha um sentido de permanência, pois, em suas palavras, “entre Brasília e o Brasil opto pelo segundo”. (27/10/60).